

---

# **O exercício do poder na política internacional: contraponto entre as perspectivas de Hans Morgenthau e Immanuel Wallerstein**

Alexsandro Eugênio Pereira

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP/UFPR)

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP)

---

---

## Resumo

O artigo examinará, em perspectiva comparada, as diferenças na abordagem do exercício do poder político entre o realismo neoclássico e a teoria do sistema-mundo. Com esse propósito, estabelecerá um contraponto entre as perspectivas de Hans Morgenthau e Immanuel Wallerstein. Para realizar esse objetivo, o artigo está estruturado em três seções principais. As duas primeiras examinaram o exercício do poder nas perspectivas de Hans Morgenthau e Immanuel Wallerstein, respectivamente. A terceira seção estabeleceu contrapontos entre essas duas perspectivas com o propósito de ressaltar as diferenças entre elas. A comparação entre as duas perspectivas revelou que a teoria de Hans Morgenthau sustentou a autonomia do político em relação às demais esferas, em especial a econômica. Nesse sentido, essa teoria interessou-se pela competição pelo poder nas relações internacionais como condição necessária para a sobrevivência dos Estados nas relações internacionais. A teoria do sistema-mundo, formulada por Wallerstein, por sua vez, privilegiou uma interpretação do exercício do poder a partir de sua articulação com o desenvolvimento histórico do capitalismo.

**Palavras-chave:** Poder; Política Internacional; Realismo neoclássico; Teoria do Sistema-Mundo.

## Abstract

The article will examine in comparative perspective, the differences in approach to the exercise of political power between the neoclassical realism and world-system theory. For this purpose, establish a counterpoint between the perspectives of Hans Morgenthau and Immanuel Wallerstein. To accomplish this goal, the article is structured into three main sections. The first two sections examined the exercise of power in the perspectives of Hans Morgenthau and Immanuel Wallerstein, respectively. The third section counterpoints established between these two perspectives with the purpose of emphasizing the differences between them. The comparison between the two approaches revealed that the theory of Hans Morgenthau argued the political autonomy in relation to other spheres, especially economic. In this sense, this theory became interested in the competition for power in international relations as a necessary condition for the survival of states in international relations. The world-system theory, formulated by Wallerstein, in turn, favored an interpretation of the exercise of power from its relationship with the historical development of capitalism.

**Keywords:** Power; International Politics; Neoclassical realism; World-System Theory.

---

---

## INTRODUÇÃO

No campo teórico das relações internacionais, um conjunto de teorias inscritas no marxismo não recebeu a mesma atenção e importância das chamadas teorias dominantes: o realismo e o liberalismo. As teorias do imperialismo de I. I. Lênin, da dependência de André Gunder Frank e outros autores, do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein e seu desenvolvimento na perspectiva de Giovanni Arrighi e a neogramsciana, de Robert Cox e Stephen Gill, integram esse conjunto. Essas teorias foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma perspectiva marxista das relações internacionais, nas quais se procurou examinar as relações de poder entre os Estados a partir de uma leitura diferenciada em comparação com as teorias dominantes. No realismo neoclássico<sup>1</sup>, de Hans Morgenthau, predominou uma interpretação das relações internacionais que privilegiou a autonomia do político, inspirada nas obras da filosofia política de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Para Morgenthau (2003), a sobrevivência seria a prioridade dos Estados nas relações internacionais. Nesse sentido,

---

1 O termo realismo neoclássico foi utilizado por JACKSON e SORENSEN (2007) para se referir à teoria de Hans Morgenthau e para estabelecer uma distinção entre essa teoria e as contribuições de Tucídides, Maquiavel e Hobbes. Os autores denominam de realismo clássico o pensamento do general-historiador grego Tucídides, autor da obra História da guerra do Peloponeso e considerado por alguns analistas como fundador da perspectiva realista das relações internacionais. Ao lado dele, os autores acrescentam os filósofos políticos Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679). Contrariando o uso desse termo, NOGUEIRA e MESSARI (2005) preferem denominar a teoria realista de Morgenthau de realismo clássico. Nesse artigo, adotarei o termo realismo neoclássico sugerido por Jackson e Sorensen quando me referir à teoria realista de Hans Morgenthau.

a competição pelo poder visaria assegurar a segurança de cada Estado, num ambiente caracterizado pela ausência de um governo mundial capaz de disciplinar o comportamento dos atores estatais.

Dentro do marxismo, a teoria do sistema-mundo de I. Wallerstein examinará o exercício do poder estatal de forma articulada com o desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Em outros termos, essa teoria recusou a autonomia do político nos termos colocados pelo realismo neoclássico. Ela sugeriu a necessidade de articulação entre as dimensões políticas e econômicas das relações internacionais, inscrevendo-se dentro da chamada Economia Política Internacional. Para Wallerstein, a formação do sistema interestatal moderno foi, ao mesmo tempo, a principal causa e o efeito do processo de acumulação capitalista. Nessa direção, Wallerstein sugeriu a necessidade de examinar os diferentes papéis desempenhados pelo poder estatal na expansão e no desenvolvimento histórico do capitalismo.

A perspectiva de Wallerstein foi criticada por outro autor marxista, Giovanni Arrighi (1996). Assim com Wallerstein, Arrighi sustentou a existência de vínculos entre os desenvolvimentos do capitalismo e do moderno sistema interestatal. Porém, defendeu que a divisão da economia mundial em jurisdições políticas (Estados) concorrentes não beneficiou,

necessariamente, a acumulação do capital. “Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência” (ARRIGHI, 1996, p. 32). Ele argumentou que os custos dos prolongados e intensos conflitos armados entre os Estados podem minar a lucratividade dos capitalistas pelo desvio cada vez maior de recursos para a iniciativa militar. Ao mesmo tempo, continuou Arrighi, a competição entre as empresas capitalistas não promoveria, obrigatoriamente, a segmentação contínua do domínio político em jurisdições separadas. Nesse caso, depende da forma e da intensidade da concorrência entre as empresas capitalistas (*idem*). Nessas circunstâncias, seria mais provável que os empresários capitalistas viessem a mobilizar os governos para reduzir a divisão política e não aumentá-la. Para Arrighi, portanto, as competições interestatal e interempresarial podem assumir formas diferentes, gerando consequências distintas sobre o sistema mundial moderno (*ibidem*).

As divergências entre os dois autores, ambos tributários da perspectiva de Fernand Braudel, não eliminaram a forma específica pela qual a maioria dos autores marxistas interpretará as relações internacionais. Essa forma envolveu examinar, mesmo que seja por caminhos diferentes, a articulação entre os elementos políticos e econômicos existentes nessas relações. Por meio dessa análise, tornou-se possível compreender

em que medida esses autores se distanciam do realismo neoclássico em sua recusa à autonomia do político.

Com base nessas considerações, este artigo tem como objetivo examinar, em perspectiva comparada, as diferenças existentes entre a teoria realista neoclássica de Hans Morgenthau e a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. Essas diferenças serão examinadas a partir de uma questão específica, a saber: o exercício do poder político nas relações internacionais. Para realizar esse objetivo, o artigo estará estruturado em três seções principais. A duas primeiras examinarão o exercício do poder nas perspectivas de Hans Morgenthau e Immanuel Wallerstein, respectivamente. A terceira seção estabelecerá um contraponto entre essas duas perspectivas com o propósito de ressaltar as diferenças entre elas.

### **I O exercício do poder nas relações internacionais no realismo neoclássico de Hans Morgenthau**

Em sua interpretação da política internacional, Hans Morgenthau estabeleceu uma analogia com a política interna. Analogias dessa natureza são utilizadas, com relativa frequência, em outras teorizações das relações internacionais. Repetindo Max Weber, Morgenthau afirmou que a política em geral pode ser definida como sinônimo de luta pelo poder. O mesmo raciocínio se

aplicaria à política internacional, caracterizada pela competição pelo poder entre Estados que contam, apenas, com suas próprias forças militares e seus próprios recursos econômicos para garantir suas condições de sobrevivência frente às ameaças representadas pelos outros Estados. Por essa razão, Morgenthau (2003, p. 49) sustentou que “sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato”. E complementou afirmando que os povos e os políticos podem almejar outros objetivos na política internacional, mas “sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder” (*idem*).

Para Morgenthau, o poder envolveria a capacidade de “controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens. Por poder político, referimo-nos às relações mútuas de controle entre os titulares de autoridade pública e entre os últimos e o povo de modo geral” (*ibidem*, p. 51). Tratou-se de uma definição do poder baseada em Max Weber na medida em que envolveu a relação entre dois atores: o primeiro é aquele que estabelece qual é sua vontade (isto é, *exerce* o poder); o segundo é aquele que está submetido à vontade do primeiro (trata-se da *obediência*). O poder se exerceria baseado em três justificativas para a obediência: a expectativa de benefícios; o receio de desvantagens e o respeito ou amor por indivíduos ou instituições.

“Ele pode ser exercitado por meio de ordens, ameaças, pela autoridade ou carisma de um homem ou de um órgão, bem como pela combinação de quaisquer desses meios” (*ibidem*, p. 52).

Adaptando essa definição para a política internacional, o poder seria o *meio* para a consecução de um *fim*, a saber: o controle sobre as ameaças representadas pelo desejo de poder nutrido por todos os Estados. Essas ameaças colocariam em risco, constantemente, a sobrevivência dos atores estatais. Para alcançar o bem mais desejável de todos (a segurança), os Estados competem pelo poder entre si, seja para *manter o status quo* (a sua posição política no sistema de Estados), seja para *aumentar* o seu poder (o que o autor denominou de *política de imperialismo*). Ou, ainda, desejam demonstrar o seu poder, visando mantê-lo ou aumentá-lo. Para isso, adotariam uma *política de prestígio*.

A interpretação das relações internacionais na teoria de Hans Morgenthau foi construída com base nas proposições sobre o poder elaboradas por Thomas Hobbes, além da inegável influência weberiana conforme se pode constatar nos parágrafos precedentes. Nessa interpretação, ele estabeleceu uma analogia entre os indivíduos hobbesianos em estado de natureza e o comportamento dos Estados nas relações internacionais. Por meio dessa analogia, Morgenthau

sustentou que os atores estatais estariam em constante competição entre si, motivados, sobretudo (mas não exclusivamente), pela sobrevivência. No capítulo X do *Leviatã*, Thomas Hobbes (1997) afirmou que o poder de um homem seria correspondente aos meios dos quais ele dispõe com o propósito de obter qualquer bem visível no futuro. O poder, ainda segundo Hobbes, seria natural ou instrumental. Seria natural quando se enxerga as capacidades do indivíduo, dotado de certas faculdades do corpo e do espírito: extraordinária força, beleza, prudência, eloquência etc. E seria instrumental quando se leva em consideração que os homens poderiam adquirir os meios necessários para o exercício do poder com base em suas capacidades naturais ou, até mesmo, pelo acaso. Nesse sentido, meios e instrumentos adquiridos com o propósito de gerar mais poder seriam caracterizados como poderes instrumentais: a riqueza, a reputação, as amizades, a boa sorte ou os secretos desígnios de Deus.

Mas é justamente na caracterização hobbesiana da natureza humana que Morgenthau retirou elementos para pensar o poder nas relações internacionais. De Hobbes, Morgenthau extraiu dois elementos importantes: (i) a luta incessante entre os homens para adquirir mais poder; (ii) as causas que levariam os homens a constante discórdia entre eles, inviabilizando a convivência comum na ausência de um poder soberano

colocado acima deles. Sobre o primeiro elemento, Hobbes identificou nos homens uma tendência geral de desejo perene por mais poder. Ele denominou essa tendência de “perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas na morte” (HOBBS, 1997, p. 91). E Hobbes prosseguiu numa constatação discutível aos olhos do liberalismo de John Locke, mas muito influente no pensamento realista de Hans Morgenthau: “E a causa disto nem sempre é que se espere um prazer mais intenso do que aquele que já se alcançou, ou que cada um não possa contentar-se com um poder moderado, *mas o fato de não se poder garantir o poder e os meios para viver bem que atualmente se possuem sem adquirir mais ainda. E daqui se segue que os reis, cujo poder é maior, se esforçam por garanti-lo no interior através de leis, e no exterior através de guerras?*” (*idem*; sem grifos no original)<sup>2</sup>. Inspirado nessa ideia, Morgenthau observou uma tendência nas relações internacionais, relacionada à continuidade da guerra como resultante da competição incessante dos Estados pelo poder. Essa competição não seria regulada por qualquer poder soberano estabelecido com o propósito de cessar a anarquia, pois os atores estatais não reconheceriam a validade de um governo mundial ou de qualquer conjunto de instituições políticas capazes de disciplinar as condutas desses atores. Realistas como Morgenthau

e seus contemporâneos Edward H. Carr e John Herz, não acreditam na possibilidade de se estabelecer um estado civil no campo das relações internacionais. Um estado civil que seria similar à formação do Estado absolutista defendido por Thomas Hobbes como condição necessária para viabilizar a convivência coletiva de homens cujo comportamento seria orientado pela busca incessante pelo poder, mesmo que essa busca coloque em risco a vida em sociedade. Para Morgenthau, enfim, a aspiração pelo poder seria o elemento distintivo da política internacional que consistiria, necessariamente, em *política do poder*.

Morgenthau recorreu à história para mostrar a permanência das disputas pelo poder em diferentes épocas e sociedades. O desejo de poder seria o traço permanente das diferentes sociedades. Ele seria mais intenso em determinadas sociedades e menos intenso em outras. Porém, não se pode afirmar que estaríamos nos direcionando para uma situação na qual esse desejo desaparecerá. A história mostra que ele sempre existiu e tenderia sempre a existir. Por isso, ele sustentará que “a essência da política internacional [seria] idêntica à sua contrapartida no campo nacional. A política, tanto no âmbito nacional como no internacional, consiste[iria] em uma luta pelo poder, *modificada somente pelas distintas condições sob as quais essa luta tem lugar nas esferas nacional*

2 Morgenthau citou essa passagem de Hobbes no seu livro (Cf. MORGENTHAU, 2003, p. 116).

*e internacional*’ (MORGENTHAU, 2003, p. 64; sem grifos no original).

Sobre o segundo elemento, Hobbes sustentou que os homens tendem à discórdia por três razões principais: a *competição pelo lucro*, a *desconfiança* e a *glória*. No campo das relações internacionais, a desconfiança entre os indivíduos foi traduzida pelo realismo neoclássico como a incapacidade dos Estados preverem o comportamento uns dos outros. John Herz (1950; citado em NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 36-37) examinou essa incapacidade a partir do *dilema de segurança* existente nas relações interestatais. Segundo Herz, quando um Estado adquire armas com o propósito de garantir sua segurança, os demais Estados ficarão preocupados e tentarão adotar procedimento semelhante. Eles agirão desse modo, pois desconhecem as intenções do Estado que aumentou sua capacidade bélica. Essa é a lógica da corrida armamentista entre as superpotências durante o período da Guerra Fria (1947-1989). O *dilema de segurança* é, portanto, a tradução da desconfiança mútua entre os indivíduos que, segundo Hobbes, predominaria no hipotético estado de natureza.

No que diz respeito à glória, Morgenthau observou que os Estados são orientados, também, por um desejo de reconhecimento social similar aos indivíduos. Ele estabeleceu essa analogia no início do capítulo

específico dedicado à política de prestígio (cf. Capítulo VI, intitulado *A luta pelo poder: política de prestígio* do livro *A política entre as nações*). Na passagem a seguir, é possível notar a influência hobbesiana sobre a construção do pensamento de Morgenthau, quando ele define que a política de prestígio “é um elemento tão intrínseco das relações entre as nações como o desejo de prestígio o é nas relações entre os indivíduos” (MORGENTHAU, 2003, p. 148). E prossegue na mesma citação:

*[...] Neste ponto, mais uma vez, torna-se óbvio que as políticas internacionais e domésticas não passam de manifestações diferenciadas do mesmo fato social. Nas duas esferas, o desejo de reconhecimento social constitui uma poderosa força dinâmica que determina as relações sociais e cria instituições sociais. O indivíduo busca a confirmação, por parte de seus concidadãos, da avaliação que ele tem de si mesmo. E é somente graças ao tributo que os outros lhe rendem por suas altas virtudes, inteligência e poder, que ele se torna plenamente consciente e pode usufruir do que estima serem as suas qualidades superiores.*

Em outros termos, na política internacional a glória seria equivalente à política de prestígio. A competição pelo lucro, por sua vez, foi traduzida como o emprego de recursos econômicos com o propósito de modificar as relações de poder entre os Estados. Ao sustentar a autonomia do político, Morgenthau subverteu a

dimensão econômica ao condicionar o desenvolvimento dessa dimensão às necessidades de ampliação do poder de cada Estado. Quando ele tratou do imperialismo, por exemplo, revelou o modo pelo qual situou essa dimensão em sua teoria. Morgenthau estabeleceu um confronto direto com o que ele denominou de “interpretação econômica do imperialismo” na qual estariam as análises marxistas como a de I. I. Lênin (1990) e sua teoria do imperialismo. Para Morgenthau, existiriam três tipos de imperialismo: o cultural, o militar e o econômico. Ao tratar deste último, ele mostrou como o controle e os recursos econômicos podem ser colocados a serviço das relações de poder. A título de exemplo, mencionou os “usos políticos do petróleo” por parte dos países árabes, referindo-se aos choques do petróleo nos anos 1970. Além disso, citou a influência pregressa da França sobre países como a Romênia, baseada em fatores econômicos (cf. MORGENTHAU, 2003, p. 122). Retomarei esse ponto na terceira seção do artigo.

Em sua definição sobre o poder no Capítulo III (intitulado Poder político), Morgenthau sugeriu a necessidade de estabelecer algumas distinções importantes, tais como: entre poder e força; entre poder e influência; entre poder utilizável e poder não utilizável; e entre poder legítimo e poder ilegítimo. A primeira distinção envolveu a separação analítica entre o poder

político e a força, no sentido do exercício concreto da violência física. Ele compreendeu que a ameaça de violência física, sob a forma da ação da polícia, por exemplo, é um elemento intrínseco da política. No caso da política internacional, trata-se da ameaça de guerra promovida por um Estado em relação aos demais. No momento em que a violência se concretizaria, o Estado abdicaria do poder político em favor do poder militar ou pseudomilitar. (cf. MORGENTHAU, 2003, p. 52). “No campo da política internacional, de modo muito particular, a força armada como ameaça ou potencialidade representa o fator material mais importante na construção do poder político de uma nação. Quando ela se transforma em realidade, em um caso de guerra, ocorre a substituição do poder político pelo militar” (*idem*). O poder militar é distinto do poder político pelo fato de que, no segundo caso, não existe mais o elemento psicológico da relação política. Existe, na verdade, uma relação física entre dois corpos, na qual um dos dois é suficientemente mais forte para subjugar o outro (*ibidem*). No que diz respeito à distinção entre poder e influência, Morgenthau sustentou que nem sempre a capacidade de um ator influenciar outro pode ser traduzida como sinônimo imediato de exercício de poder.

A disponibilidade das armas nucleares ilustraria a terceira distinção: entre poder utilizável e poder não

utilizável. Ao publicar, pela primeira vez *A política entre as nações*, em 1948, Morgenthau ainda não tivera o alcance da corrida armamentista entre as duas superpotências. Após a primeira publicação, no entanto, o livro recebeu atualizações baseadas em suas notas de aula. Por isso, essa distinção apareceu nesse capítulo e é relevante. Ela apontou o caráter contraditório do uso das armas nucleares durante a Guerra Fria: o aumento do poder militar representado pela elevação dos estoques de armas nucleares cujo impacto não gerou ampliação do poder político. Nesse sentido, a posse de armas nucleares serviu como forma de intimidar as nações destituídas dessas armas. Porém, aquelas que possuem essas armas não podem utilizá-las para ameaçar seus opositores quando eles, também, são dotados dessas armas. A ameaça da força convencional seria um instrumento racional de política externa e de poder. Porém, no caso do uso efetivo das armas nucleares, o seu emprego pode ser entendido como um ato irracional, pois levaria a humanidade à destruição total e sem precedentes. Finalmente, o autor sugeriu uma quarta distinção, entre poder legítimo, que é justificável do ponto de vista moral e legal, do seu oposto, o ilegítimo que não é justificável sob quaisquer circunstâncias.

Desse conjunto de distinções, é possível destacar a importância da força bélica nas relações internacionais. Ela é um dos fundamentos mais importantes para a

segurança de cada Estado frente às ameaças do sistema interestatal. Por isso, conforme observou Tucídides na sua *História da Guerra do Peloponeso*, a corrida armamentista é decorrente do medo predominante na relação entre os atores estatais (cf. NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 29). No entanto, a não ser que um Estado seja capaz de construir um império, anexando territórios e populações dos demais Estados, no campo das relações internacionais não existirá o *monopólio do uso legítimo da força* como é possível identificar no plano interno da realidade de cada ator estatal. Na prática, todos os Estados lutarão para evitar que um deles se torne mais poderoso do que os demais e, por esse motivo, a busca pela acumulação de mais recursos bélicos aumenta a insegurança no sistema internacional. Instaura-se uma competição incessante e inescapável cujo resultado é o aumento da probabilidade da guerra nesse sistema.

Em síntese, a guerra é resultado da competição pelo poder entre os Estados, segundo Morgenthau. Na sequência deste artigo, será possível notar uma explicação alternativa para a continuidade da guerra nas relações internacionais, elaborada por Immanuel Wallerstein. Na terceira seção deste artigo, terei oportunidade de retomar essa leitura realista neoclássica da guerra e confrontá-la com a perspectiva marxista de Wallerstein.

## II O PODER ESTATAL NA PERSPECTIVA DE IMMANUEL WALLERSTEIN

O ponto de partida de Immanuel Wallerstein é a análise do desenvolvimento do capitalismo histórico por meio do conceito de sistema social. Ao adotar esse conceito, Wallerstein rejeitou a utilização do Estado soberano ou da sociedade nacional como unidades separadas de análise. Ambos, Estado e sociedade estariam integrados por um único sistema social, a saber, o sistema mundial moderno. Por meio deste conceito, Wallerstein formulou uma interpretação capaz de integrar os elementos econômicos e políticos das relações internacionais, articulados pela lógica do capitalismo histórico. Nesse sentido, ele considerou que os comportamentos e as mudanças históricas nos Estados nacionais deveriam ser compreendidos como resultado da evolução e da interação no interior deste sistema. Por isso, Wallerstein iniciou considerável empreendimento intelectual ao tentar traçar a história deste sistema, resultando na publicação dos três volumes do seu livro *O sistema mundial moderno*. A teoria do sistema-mundo de Wallerstein é tributária da perspectiva histórica de Fernand Braudel e inscreveu-se, também, nas contribuições anteriores do marxismo para a compreensão dos fenômenos internacionais. Destaco, a título de referência, a teoria do imperialismo

de I. I. Lênin e a teoria da dependência. Essa última teoria é heterogênea, na medida em que aglutinou, ao mesmo tempo, perspectivas moderadas e radicais. Jackson e Sorensen (2007, p. 280-281) estabeleceram uma separação entre os teóricos da dependência mais moderados, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e os mais radicais, entre os quais André Gunder Frank e Samir Amin, dentre outros. Mas assim como Morgenthau, Wallerstein foi influenciado por Max Weber, mas em uma questão específica: sua opção por examinar classes, grupos de *status* e partidos como as unidades operacionais que atuariam dentro das arenas sociais e políticas no interior dos Estados e do sistema mundial moderno.

Do conjunto dessas influências, destaca-se, no entanto, a perspectiva histórica de Fernand Braudel, que serviu de fundamento para o projeto de examinar a história do sistema mundial moderno. Fernand Braudel estabeleceu conexões entre o poder estatal e a acumulação capitalista. A tese de Braudel revelou essas conexões: “a economia nacional é um *espaço político* que foi transformado pelo Estado, devido às necessidades e às inovações da vida material, num *espaço econômico* coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção [...]” (BRAUDEL, 1987, p. 82 *apud* FIORI, 2007, p. 20; grifado no original). Segundo Fiori, a pesquisa histórica

realizada por Braudel constatou o papel decisivo do poder político para a formação dos mercados nacionais. Esse poder desempenhou papel relevante na Inglaterra, ao criar fronteiras tributárias externas, ao eliminar barreiras internas e ao fundar um sistema nacional de crédito (cf. FIORI, 2007, p. 20-21). E determinou a condição proeminente dos britânicos em comparação com seus principais rivais econômicos no curso dos séculos XVIII e XIX. Tratou-se, na verdade, de um encontro entre o que Braudel denominou de “jogo das trocas” e o “jogo das guerras” – expressão que resume a análise de Charles Tilly (1996).

Na teoria do sistema-mundo de Wallerstein, a dinâmica que determinaria as relações de poder entre os Estados foi estabelecida pelos ciclos de expansão e de retração da economia-mundo capitalista. A tese do seu livro (*O sistema mundial moderno*) considerou que o sistema mundial moderno tomou a forma de uma economia-mundo capitalista cuja gênese se observou na Europa do “longo século XVI” e que envolveu a transformação de um modo de produção redistributivo ou tributário particular (o da Europa feudal) num sistema social qualitativamente diferente (cf. WALLERSTEIN, 1990, p. 17-18).

*A partir dessa altura, a economia-mundo capitalista (a) expandiu-se geograficamente até cobrir todo o globo; (b) manifestou um modelo cíclico de expansão e contração (as fases A e B de Simiand) com*

*alternância na localização geográfica dos papéis econômicos (a ascensão e queda das hegemonias, os movimentos ascendentes e descendentes dos distintos centros, periferias e semiperiferias); e (c) passou por um processo de transformação secular, incluindo o progresso tecnológico, a industrialização, a proletarianização e a emergência de uma resistência política estruturada ao próprio sistema – uma transformação que ainda hoje continua (idem).*

Como se pode perceber pela passagem acima, Wallerstein estabeleceu uma associação entre os ciclos de expansão e de contração e a emergência de hegemonias no sistema mundial moderno. Estados hegemônicos seriam aqueles que gozariam de uma triplíce vantagem comparativa em relação aos demais: na produção, no comércio e nas finanças. Por essa razão, o *status* de um determinado Estado nesse sistema dependerá da sua capacidade econômica no que diz respeito a esses três elementos principais. Um Estado se tornaria uma potência hegemônica após longos períodos de expansão econômica que acarretariam uma concentração do poder econômico e político nesse Estado. O autor identificou, na história, três momentos, nos quais foi possível identificar a existência de uma potência hegemônica: a Holanda no século XVII; a Grã-Bretanha no XIX; e os Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No curso desses longos períodos, a potência que se tornou hegemônica acumulará, gradualmente,

vantagens, primeiro na produção, depois no comércio e, por fim, nas finanças. Em geral, essa condição privilegiada seria conquistada, também, após uma guerra cuja duração giraria em torno de trinta anos. Wallerstein considerou, nesse sentido, que a sucessão hegemônica do Império Britânico ocorreu depois de uma guerra de trinta anos entre os dois candidatos a essa sucessão: Alemanha e Estados Unidos. Para o autor, as duas guerras mundiais da primeira metade do século XX seriam, na verdade, uma única guerra que durou de 1914 a 1945, com um período de intervalo. Nessa grande guerra, os Estados Unidos saíram vitoriosos e a Alemanha teria falhado em sua pretensão de substituir a Grã-Bretanha devido às suas pretensões imperiais. (cf. WALLERSTEIN, 2004). No caso americano, os fundamentos materiais do seu poder estariam nas suas grandes empresas (as multinacionais), que se mostraram capazes de atuar nos três campos econômicos, a produção agrícola e industrial, o comércio e as finanças. Essas empresas competem, com significativas vantagens em termos de eficiência, com as sediadas em outras grandes potências. O papel dessas grandes empresas foi observado, também, por Raymond Aron (citado em VILLA, 1999, p. 57). Aron afirmou que elas foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma nova modalidade de império, centrado em *funções* e não em territórios como se pode observar no caso

britânico. Elas possibilitaram a penetração econômica dos Estados Unidos em diversas partes do mundo, nas quais realizaram seus investimentos e estabeleceram atividades econômicas.

Em síntese, pode-se perceber que Wallerstein estabeleceu uma articulação entre os fatores econômicos e políticos, privilegiando os primeiros em sua abordagem. Os ciclos econômicos de expansão e de declínio acarretam alterações na localização geográfica das atividades econômicas, ocasionando mudanças na divisão internacional do trabalho e na concentração da renda em diferentes esferas de acumulação. Com isso, ocorrerão os movimentos de ascensão e descenso dos países na economia-mundo capitalista. Eles estariam distribuídos em três áreas: o *centro*, a *semiperiferia* e a *periferia*. João Pontes Nogueira e Nizar Messari descrevem as características dessas três áreas. O centro concentraria as atividades econômicas mais intensivas de capital, mais complexas, mais sofisticadas tecnologicamente e que agregam mais valor (no centro estariam os Estados, a Europa ocidental e o Japão). A periferia, por sua vez, é especializada na produção de bens primários de baixo valor agregado que recorrem ao emprego intensivo de mão-de-obra. Em geral, os países da periferia exportam um único produto primário principal cujo preço é determinado pelos países centrais. A semiperiferia, por fim, contém traços

das outras áreas. Os países dessa área apresentam certo nível de industrialização direcionado à produção de bens de consumo não duráveis e produtos tecnologicamente menos sofisticados em comparação com os que são produzidos no centro. Possuem economias mais diversificadas, mas são dependentes, ainda, do capital e da tecnologia do centro. A semiperiferia representaria a possibilidade de ascensão dos países pobres a um patamar mais elevado de renda por meio da industrialização. O Brasil, por exemplo, estaria situado nessa área e desempenharia um papel fundamental dentro da economia-mundo capitalista ao moderar a instabilidade política na América do Sul, contribuindo para a manutenção da ordem no capitalismo contemporâneo (cf. NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 124-125).

Wallerstein destacou os mecanismos responsáveis por reforçar a disparidade entre centro e periferia. A parcela maior dos excedentes no centro possibilitou que os países centrais fizessem aportes de recursos na mecanização. Dessa forma, os produtores do centro passaram a ganhar novas vantagens competitivas nos produtos existentes e criassem novos produtos. “A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados da capacidade, entre outras, de assegurar que os aparatos

estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos” (WALLERSTEIN, 2001, p. 30). Essa análise é interessante por mostrar como Wallerstein articulou os elementos econômicos e políticos ao destacar de que forma a concentração de capital nas áreas centrais permitiu o desenvolvimento dos aparatos estatais com maior capacidade em comparação com os periféricos. Dessa forma, “os aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar (e mesmo promover) em suas jurisdições uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando a força de trabalho com menor remuneração e criando (reforçando) as estruturas domiciliares que permitiam a sobrevivência dessa força de trabalho” (*idem*). Com isso, o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário, que se tornaram diferentes nas diversas regiões do mundo.

O predomínio dos fatores econômicos, utilizados na explicação, apareceu na forma como Wallerstein definiu o papel do poder estatal na operação do sistema-mundo. Ao examinar esse papel, poderemos notar como os fatores econômicos definem o poder e sua distribuição nas relações internacionais, segundo a perspectiva da teoria do sistema-mundo. O poder cumpriria determinadas funções vitais à operação do sistema-mundo capitalista, o que sugeriu a Dougherty e Pfaltzgraff (2003), que o pensamento de Wallerstein

combinaria o realismo com o marxismo. Essas funções envolveriam os quatro elementos do poder estatal, abordados pelo autor (cf. WALLERSTEIN, 2001).

O primeiro deles é a jurisdição territorial. Os Estados reconhecem, a princípio, a soberania uns dos outros e não toleram a justaposição de jurisdições. Cada Estado tem jurisdição formal sobre o movimento de bens, dinheiro-capital e força de trabalho através de suas fronteiras. Por isso, cada um deles pode afetar, em alguma medida, a divisão social do trabalho na economia-mundo capitalista. “Além disso, mudando as regras que governavam o fluxo dos fatores de produção através de suas fronteiras, os Estados podiam ajustar os mecanismos dessa divisão” (WALLERSTEIN, 2001, p. 43). Os Estados situam-se numa antinomia: ou ausência total de controles (comércio livre) ou ausência total de movimentos livres (autarquia). Em geral, os Estados ficam entre esses dois extremos. Para o produtor situado na cadeia mercantil, a liberdade de movimentos é desejável desde que ele seja competitivo. Se ele não for competitivo e eficiente, desejará a proteção (os controles estatais de fronteira). É o que fazem os Estados Unidos ao sustentar a liberdade de comércio em determinados momentos e fóruns e ao manter subsídios estatais para setores não competitivos de sua economia.

Um segundo elemento do poder estatal é o direito legal, o qual determinaria as regras que governariam as relações sociais de produção no interior de uma determinada jurisdição territorial. Um terceiro elemento utilizado pelos Estados seria o poder de cobrar impostos. A taxação sempre existiu. Ela se tornou a principal fonte regular da renda estatal. Ao mesmo tempo, pode-se observar, ao longo do tempo, um crescimento significativo dos impostos como percentagem do valor total criado ou acumulado. Em outras palavras, “o poder de cobrar impostos foi um dos meios mais imediatos através do qual o Estado ajudou o processo de acumulação de capital em favor de alguns grupos em vez de outros” (WALLERSTEIN, 2001, p. 47). Mas a redistribuição a que se refere Wallerstein não seria voltada apenas para as classes menos favorecidas. Ela é direcionada para os grandes detentores de capital, que podem acumular mais. É o que ocorre com os subsídios concedidos pelos Estados a determinados setores. Os governos beneficiariam, também, os ricos quando usam o princípio da socialização do risco e da individualização do lucro. Além disso, o Estado realizaria investimentos cruciais destinados a reduzir os custos dos grupos de proprietários-produtores (em energia, em transportes e em redes de informação da economia-mundo).

Finalmente, é na análise do papel da força que se revelou novamente o predomínio dos fatores econômicos na interpretação de Wallerstein. Para ele, os Estados utilizariam a força com dois propósitos: (i) assegurar a aceitação, pela força de trabalho, dos papéis e recompensas a ela atribuídas; (ii) os exércitos seriam instrumentos que garantem aos produtores de um Estado a possibilidade de interferir na proteção concedida pelos outros aparatos estatais a seus produtores locais. O autor afirmou que o *grau de poder dos diferentes aparatos estatais tem variado enormemente*. Os Estados situar-se-iam em uma *hierarquia de poder que não pode ser medida pelo seu tamanho e pela coerência das suas burocracias*. A hierarquia é determinada “*por sua capacidade efetiva, ao longo do tempo, de promover a concentração do capital acumulado dentro das suas fronteiras, em comparação com a capacidade dos Estados rivais*” (WALLERSTEIN, 2001, p. 49; sem grifos no original). O Estado poderia, devido a essa capacidade, “constranger forças militares hostis; [exercer] a habilidade de decretar medidas vantajosas em casa e impedir outros Estados de fazerem o mesmo; e [...] [exercer a] habilidade de constranger suas próprias forças de trabalho e de minar a capacidade dos rivais de fazerem o mesmo” (*idem*). Para o autor, o que mede a força e o desempenho dos Estados, no entanto, seria o resultado econômico (*ibidem*).

Nessa análise, a ênfase nos fatores econômicos e na sua articulação com o poder na política internacional difere da perspectiva de Morgenthau, que enfatizou a autonomia do político. É o que examinarei na próxima seção deste artigo.

### lII O contraponto entre as duas perspectivas: a autonomia do político *versus* a articulação da política e da economia

Nas duas perspectivas examinadas neste artigo, foi possível notar ênfases diferenciadas e contrapostas. O realismo neoclássico enfatizou a análise do poder, privilegiando a autonomia da esfera política em relação às demais esferas. Essa autonomia foi sustentada no pensamento de Nicolau Maquiavel e de Thomas Hobbes e compartilhada por Hans Morgenthau. O realista neoclássico chegou a defender uma hierarquização dos assuntos da agenda internacional, que não será adotada pelos neorealistas (Kenneth Waltz, Robert Gilpin e outros). Tratou-se do que Morgenthau chamou de *alta política* (composta pelos assuntos de segurança) e *baixa política* (formada pelos demais assuntos da política externa dos Estados, entre os quais os temas econômicos). Esta hierarquização será criticada pelos teóricos da interdependência nos anos 1970 (cf. KEOHANE e NYE, 2001).

Wallerstein, em direção oposta a Morgenthau, privilegiou os fatores econômicos como o fundamento para pensar o poder e a distribuição do poder nas relações internacionais, conforme aponte na seção anterior deste artigo. A base das diferenças entre as duas perspectivas pode ser observada, também, na crítica de Morgenthau à interpretação econômica do imperialismo. Essa crítica foi escrita antes da publicação do livro de Wallerstein, *O sistema mundial moderno*, cujo primeiro volume é lançado em 1974, enquanto a primeira publicação d'*A política entre as nações* é datada de 1948. Nela, no entanto, podemos perceber o diálogo entre o realismo neoclássico e o marxismo, incluído entre as interpretações econômicas do imperialismo. Esse diálogo está na base do contraponto proposto por este artigo, entre as duas perspectivas. Nesse sentido, há uma passagem do livro de Morgenthau que sintetizou, em parte, esta crítica.

*Já vimos que o imperialismo não é determinado em função de motivações econômicas, capitalistas ou não. Veremos que os capitalistas por si mesmos não são imperialistas. De acordo com as teorias econômicas, e mais particularmente com a teoria 'diabólica', os capitalistas utilizam os governos como suas ferramentas para instigar políticas imperialistas. Contudo, a investigação histórica dos exemplos citados em apoio à interpretação econômica nos mostra que, na maioria dos casos, a relação inversa realmente existia entre os políticos e os capitalistas (MORGENTHAU, 2003, p. 108).*

Morgenthau criticou as teorias econômicas do imperialismo, distribuídas em três escolas de pensamento: a marxista (em especial a visão de Lênin), a liberal (de John A. Hobson, que serve de fundamento à teoria leninista do imperialismo) e a “diabólica” (orientada por objetivos políticos). Essa terceira escola seria formada por pacifistas e por indivíduos cujo propósito era desenvolver uma propaganda do comunismo nos Estados Unidos. Ela não pode ser comparada, em termos intelectuais, ao liberalismo e ao marxismo e partiu de uma concepção simplificada do imperialismo com propósitos propagandísticos. Ela identificou certos grupos como beneficiários das guerras, em particular os fabricantes de armas e os banqueiros internacionais. Esses grupos lucrariam com as atividades da guerra e, por isso, foram interpretados por essa escola como “vendedores de guerra”, seres “diabólicos” que arquitetam as guerras com o propósito de enriquecer (cf. MORGENTHAU, 2003, p. 105).

Das três escolas críticas pelo realista neoclássico, interessa examinar a primeira delas. Para o autor, a teoria marxista baseou-se na convicção “de que todos os problemas políticos constituem o reflexo de forças econômicas. Como consequência, o fenômeno político do imperialismo é um produto do sistema econômico

em que ele se origina – isto é, o capitalismo” (*idem*, p. 103). Segundo essa lógica, prossegue o autor, a teoria marxista mostrou que as sociedades capitalistas precisariam expandir seus mercados para dar vazão aos seus produtos e investimentos, visando o lucro. Com isso, os capitalistas buscariam explorar outras áreas, transformando-as em mercados para seus produtos e utilizando a mão-de-obra disponível nessas áreas. Morgenthau sustentou a necessidade de inverter a prioridade, isto é, ao invés de priorizar os fatores econômicos para explicar o imperialismo, ele defenderá os fundamentos políticos do imperialismo. A formação dos imperialismos, para esse autor, estaria relacionada às condições políticas.

A divergência fundamental entre o realismo neoclássico e o marxismo reside, justamente, na definição do fator responsável pela dinâmica das relações internacionais. Para o realismo, esse fator é determinado pela competição política pelo poder, orientada pela lógica da sobrevivência. Para a teoria do sistema-mundo, filiada ao marxismo, o fator dinâmico é a lógica da acumulação capitalista. Em decorrência dessas diferenças, o realismo neoclássico e a teoria do sistema-mundo construíram interpretações distintas a respeito do poder na política internacional. Para o realismo, o poder envolveria a capacidade de um ator controlar o comportamento de outro ou de outros

atores em uma direção determinada, estabelecida de acordo com sua vontade. O poder permitiria a um ator estatal estabelecer garantias de proteção à vida, necessárias em virtude da existência de ameaças externas, decorrentes da ausência de um soberano capaz de proteger a vida, isto é, a sobrevivência das unidades estatais. Para a teoria do sistema-mundo, o poder é decorrente da capacidade de cada Estado promover a acumulação capitalista em seu interior. Portanto, o principal fundamento do poder, na perspectiva dessa teoria, é econômico. Na perspectiva de Morgenthau, o principal fundamento é a força bélica.

A distribuição de poder, segundo a teoria do sistema-mundo, seria determinada pelas alterações nas capacidades estatais de promover a acumulação capitalista. Essa capacidade determinaria as mudanças de *status* de cada Estado dentro da economia-mundo capitalista e a ascensão e declínio das potências hegemônicas. Morgenthau, por sua vez, recusou os fundamentos econômicos do poder, privilegiando a acumulação de recursos bélicos cujo propósito é garantir a segurança. A concentração excessiva de poder em um determinado Estado causaria preocupação aos demais. Os atores estatais seriam orientados para buscar a preservação do equilíbrio de poder entre eles, evitando a formação de um império, que é interpretado por Morgenthau como a anexação de

territórios e populações dos Estados mais fracos pelos mais fortes.

Como decorrência, as duas perspectivas interpretaram as guerras de forma distinta. Para o realismo neoclássico, as relações internacionais são caracterizadas pelo conflito decorrente das disputas de poder entre os Estados. Como consequência, a guerra será uma constante entre eles<sup>3</sup>. Novamente, nesse caso, podemos recorrer à crítica de Morgenthau às interpretações econômicas do imperialismo. Para ele, um número reduzido de guerras foi travado por causa de objetivos econômicos. “Contudo, durante todo o período do capitalismo maduro, não houve qualquer conflito, com exceção da Guerra dos Boêres, que tenha sido travado entre as grandes potências por motivo exclusivo ou mesmo predominante de objetivos econômicos” (MORGENTHAU, 2003, p. 106). Nessa crítica, Morgenthau rebateu a tese de Lênin (1990) segundo a qual as guerras seriam motivadas pelas disputas econômicas entre os capitalistas por recursos econômicos e por mercados. Para Lênin, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) seria uma guerra característica da fase monopolista do capitalismo. Segundo ele, “o imperialismo é o capitalismo numa fase de desenvolvimento em que o domínio pelos

monopólios e pelo capital financeiro se estabeleceu, em que a exportação de capitais ganha uma importância acrescida, em que a divisão do mundo entre grupos de empresas (*trusts*) internacionais começou, em que a partilha de todos os territórios do mundo entre as grandes potências capitalistas ficou completa” (*apud* DOUGHERTY e PFALT'ZGRAFF, 2003, p. 552).

Para Wallerstein, o uso da força estaria associado a propósitos econômicos, conforme foi apontado na seção anterior deste artigo. Ao tratar das guerras na formação das hegemonias do capitalismo histórico, sustentou que a base da vitória das novas potências hegemônicas não foi militar, mas econômica (cf. WALLERSTEIN, 2001, p. 52). As hegemonias foram breves e teriam terminado mais por razões econômicas do que políticas e militares. O autor destacou, nesse sentido, uma tendência na história de vida destas potências. Elas se viram forçadas a concentrar seus recursos no aspecto militar, enquanto os candidatos à sua sucessão investiram no aspecto econômico. Com isso, essa tendência levaria ao enfraquecimento econômico da potência hegemônica em relação a seus rivais. Essa análise se aplicaria, também, à hegemonia americana que estaria perdendo terreno para o Japão e para alguns países da Europa ocidental. Os

3 Os dados levantados por Jack Levy (citado em FIORI, 2007, p. 41) conferem um fundamento a essa percepção da continuidade da guerra nas relações internacionais. Levy observou que as grandes potências estiveram envolvidas em guerras na maior parte do período de 1495 a 1975 (75%). Em outros termos, elas iniciaram uma guerra a cada sete ou oito anos, em média.

rivais americanos poderiam investir seus recursos no desenvolvimento tecnológico. Por isso, os Estados Unidos estariam experimentando seu declínio. Para ele, não resta dúvidas de que a hegemonia americana continuará o seu declínio e a verdadeira questão seria verificar “se os Estados Unidos conseguirão encontrar uma forma de cair graciosamente, com danos mínimos para o mundo e para si próprios” (WALLERSTEIN, 2004, p. 36).

Por fim, resta observar que as duas perspectivas sofrerão críticas em suas interpretações sobre o poder. Conforme apontado na introdução, Giovanni Arrighi divergiu de Wallerstein e sugeriu outra leitura a respeito da articulação entre as competições política e capitalista. Autores contemporâneos das teorias de relações internacionais, como Robert Walker (1993), criticaram os fundamentos teóricos da interpretação do poder elaborada pelo realismo neoclássico. Tais críticas, no entanto, não invalidam a importância das interpretações sobre o poder elaboradas pelo realismo e pela teoria do sistema-mundo. Trata-se do processo salutar de desenvolvimento teórico das relações internacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 1970, pode ser observado um conjunto de transformações significativas nas relações

internacionais. Elas foram resumidas por Robert Keohane e Joseph Nye (2001, p. 24-29) nas características da chamada “interdependência complexa”. A interdependência complexa teria três características principais: (i) a existência de canais múltiplos conectando as sociedades. Eles incluem nexos informais entre elites governamentais e acordos formais entre agências de serviço exterior; nexos informais entre elites não governamentais e organizações transnacionais (como bancos e empresas); entre outras formas. As conexões entre sociedades nacionais foram chamadas de relações transnacionais. Os autores constataram que as políticas internas são afetadas pela expansão das atividades econômicas de empresas, bancos e outros atores cuja ação transcende as fronteiras nacionais; (ii) ausência de hierarquia dos temas da agenda internacional, na qual a segurança militar teria deixado de dominar essa agenda. Diferentes problemas gerariam diferentes coalizões, dentro e fora dos governos e provocariam distintos graus de conflito. Inúmeros problemas energéticos, de recursos econômicos, de meio ambiente, da população, do emprego do espaço e dos mares seriam tão importantes quanto as questões de segurança militar, ideológicas e de rivalidade territorial segundo Henry Kissinger (citado pelos autores); e (iii) redução da importância da força militar incapaz de resolver inúmeros problemas da agenda internacional, em particular os de natureza econômica.

A sobrevivência seria a primeira meta de todos os Estados, concedem os autores, e nas piores situações a força seria o elemento vital que asseguraria a sobrevivência de um Estado. Dessa forma, a força militar será sempre componente central do poder nacional. Porém, como observam os autores, as relações internacionais contemporâneas são caracterizadas pelas possibilidades de influência recíproca entre os atores estatais e societais (Organizações Não Governamentais, empresas multinacionais e movimentos sociais para citar alguns). Com isso, o uso da força tornou-se irrelevante como instrumento exclusivo a serviço da política. Além disso, a força não seria o meio apropriado para a resolução de outras metas dos Estados, como o bem-estar econômico e ecológico.

Estas transformações recentes colocaram novos desafios às análises teóricas das relações internacionais e, em particular, aos estudos sobre o poder na política internacional. Por um lado, o emprego da força militar, como fundamento do poder, alterou-se de modo significativo conforme sugerem os autores nos parágrafos precedentes. Na medida em que a probabilidade de guerras interestatais é reduzida e cresce, ao mesmo tempo, a proliferação de conflitos de natureza intraestatal, a força como fundamento do poder necessitaria ser reavaliada. Por outro, tornaram-se relevantes análises sobre: (i) as dinâmicas da economia

internacional; (ii) da competição política entre os Estados; (iii) do modo como as competições política e econômica se articulam na cena internacional. Nessa direção, estudos como os de Giovanni Arrighi (1996; 2007), Immanuel Wallerstein, Robert Cox (1986), Paul Kennedy (1989) e Charles Tilly (1996) constituem contribuições pertinentes.

Além disso, os Estados perderam autonomia no controle de atividades econômicas que se processam no interior de suas fronteiras. Não se trata do desaparecimento dos Estados nacionais — como sugeriu apressadamente Kenichi Ohmae (1999) — mas de uma redefinição do seu papel nas relações internacionais. E, nesse sentido, é fundamental examinar como se colocaria a luta pelo poder na política internacional num cenário de perda de autonomia dos Estados.

No contexto atual, portanto, a análise do exercício do poder nas relações internacionais tornou-se mais complexa e demanda novos estudos capazes de interpretá-lo num momento caracterizado pela redução da autonomia estatal e pela emergência de novos atores que disputam poder com os Estados. Como toda disciplina acadêmica, as relações internacionais carecem de contribuições constantes de novos desenvolvimentos teóricos, sobretudo num cenário de maior complexidade como o atual.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *O longo século XX – Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/ Editora da UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: GILL, S. (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: Keohane, R. (ed.). *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986.
- DOUGHERTY, J. E. e PFALTZGRAFF Jr., R. L. *Relações internacionais – as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís. (org.). *O poder americano*. 3a. edição. Petrópolis: Vozes, 2007.
- HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- HERZ, J. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, v. 2, n° 2, p. 157-180, 1950.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1997.
- JACKSON, R. L. e SORENSEN, G. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LÊNIN, I. I. Os princípios do socialismo e a guerra de 1914-1915. In: BRAILLARD, P. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.
- KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências – Transformações econômicas e conflito militar de 1500 a 2000*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. *Power and Interdependence*. New York: Longman, 2001.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*. Brasília: Editora da UNB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/IPRI, 2003.
- NOGUEIRA, J. P. e MESSARI, N. *Teoria das relações internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- OHMAE, K. *O fim do Estado-nação*. Rio de Janeiro/São Paulo: Campus/Publifolha, 1999.
- TILLY, C. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

VILLA, R. D. *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo: Annablume, 1999.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno – A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Vol. 1. Porto: Afrontamentos, 1990.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Vol. 2. Porto: Afrontamentos, 1996.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.